



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639240 - PR (2021/0005904-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO E OUTROS
ADVOGADOS : ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO - PR011849
MAICON FRANCISCO TRIDA GALVÃO - PR085263
GABRIELA DE OLIVA BARBALARGA - PR102714
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CARLOS HENRIQUE DEL VECCHIO ARTACHO (PRESO)
CORRÉU : YAGO RODRIGUES OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS HENRIQUE DEL VECCHIO ARTACHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0058830-40.2020.8.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 26/11/2018 pelo cometimento, em tese, do crime de homicídio qualificado em coautoria.

Os impetrantes sustentam que não subsistem mais os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva ou existe, em tese, possibilidade de que o acusado possa ter a prisão preventiva substituída por outra diversa da prisão. (fl. 11)

Alegam que o tempo de cárcere suportado pelo paciente até o presente momento "foi suficiente para impor ao mesmo a consciência de que responder o processo criminal sem criar qualquer tipo de dificuldade para a justiça, é melhor caminho a ser seguido, sendo que, dessa forma, houve alteração do quadro fático, exurgindo a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão indicadas anteriormente sob o fiel compromisso do Paciente de cumpri-las de forma rigorosa." (fl. 24)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a substituição, por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente